

Pela lei dos contrastes: José Clarana e as relações raciais entre as Américas

Andre Bittencourt^{1*} 

Resumo

O artigo se debruça sobre um intelectual de vários nomes e poucas informações: José Clarana, James Bertram Clarke, Jaime C. Gil. Nascido em lugar incerto e formado pela Universidade de Cornell, nosso personagem viajou por muitos países, incluindo o Brasil, onde morou entre 1916 e 1920. Ao acompanhar de modo articulado suas ideias e sua trajetória, ainda pouco estudadas, busca-se demonstrar como, na circulação entre diferentes contextos, constituíram-se suas interpretações sobre as relações raciais no Brasil e como suas próprias formas de pertencimento (nome, nacionalidade e raça) foram se modificando ao longo do percurso. A pesquisa baseia-se em materiais de arquivo, textos de imprensa assinados pelo autor em revistas como *The Crisis*, editada por W.E.B. Du Bois, além de um livro publicado em português em 1919.

Palavras-chave: José Clarana, pensamento social, relações raciais, Caribe, sociologia transnacional.

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Sociologia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

*Correspondência: andrevbitt@gmail.com

By the law of contrasts: José Clarana and racial relations across the Americas

Abstract

This article examines an intellectual known by multiple names and about whom little information exists: José Clarana, James Bertram Clarke, and Jaime C. Gil. Born in an uncertain location and educated at Cornell University, he traveled to many countries, including Brazil, where he resided between 1916 and 1920. By articulating his ideas with his still largely understudied trajectory, this study seeks to demonstrate how his interpretations of race relations in Brazil took shape as he moved across different contexts, and how his own forms of belonging (name, nationality, and race) were transformed. The research draws on archival materials, press articles signed by the author in journals such as *The Crisis*, edited by W.E.B. Du Bois, as well as a book published in Portuguese in 1919.

Keywords: José Clarana, social thought, race relations, Caribbean, transnational sociology.

1. Introdução

A reconstituição da trajetória intelectual que será aqui examinada esbarra, desde o início, em uma dificuldade bastante elementar: a de enunciar um nome. Nosso personagem possuiu vários: José Clarana, James Bertram Clarke, Jaime Clarana Gil, entre outros. Também seu lugar de nascimento é incerto. Nos documentos oficiais constam origens distintas: Ciudad Bolívar, na Venezuela, aparece em um pedido de naturalização nos Estados Unidos; já na universidade em que estudou, Cornell, ele é registrado como natural de Castries, capital da ilha de Santa Lúcia, no Caribe. Clarana/Clarke/Gil moveu-se por vários países das Américas, morou e publicou um livro no Brasil, escreveu em diversos idiomas, relacionou-se e envolveu-se em polêmicas com algumas das figuras mais importantes do associativismo negro nos Estados Unidos de sua época, como W.E.B. Du Bois, Alain Locke, Arturo Schomburg, Hubert H. Harrison e John Edward Bruce. Ainda pouco estudado, apostamos que Clarana/Clarke/Gil¹ nos permite, nos termos de Zita Nunes (2008), explorar as potencialidades de abordagens transnacionais e as tensões inerentes entre o transnacional e o nacional, sobretudo no que diz respeito aos debates sobre as relações raciais nos Estados Unidos, no Caribe e no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Foi Nunes quem, no prefácio de seu livro *Cannibal Democracy*, dedicado ao estudo das relações entre raça e literatura nas Américas, estabeleceu os cruzamentos improváveis entre esses três nomes, dispersos em uma miríade de arquivos.

A incorporação de abordagens transnacionais à análise sociológica implica um cuidadoso jogo de escalas, no qual trajetórias individuais e circuitos de circulação de pessoas e ideias são apreendidos de forma articulada entre diferentes níveis – do local ao global (Go; Lawson, 2017).

¹ Devido à variedade dos nomes do autor, optei por referir-me sempre de acordo com o nome utilizado por ele em cada ocasião específica discutida. Para referências mais gerais, mencionarei os três nomes no formato Clarana/Clarke/Gil. No título do artigo, mantive o nome de José Clarana por ser o mais usado nos textos sobre o Brasil, foco principal da discussão.

Nesse horizonte, o caso de Clarana/Clarke/Gil não é mobilizado como exemplar, tampouco como uma exceção desviante, mas como uma entrada analítica para um espaço de trajetórias possíveis ainda pouco mapeado. Como indicaremos ao longo do texto, Clarana/Clarke/Gil articulou um repertório de visões acerca das relações raciais no Brasil que dialogava com os *freedom dreams* (Kelley, 2002) de parcelas expressivas de afro-estadunidenses e afro-caribenhos de sua época. Ele pode ser inserido ainda em uma configuração mais particular de sujeitos que escreveram interpretações sobre o Brasil a partir de experiências diretas de deslocamento, inscrevendo-se em circuitos atlânticos de produção de imagens sobre as relações raciais. Podemos citar, por exemplo, situações já estudadas de sujeitos afro-estadunidenses que viajaram ou residiram no Brasil, mais ou menos na mesma época, e se inseriam em debates muito semelhantes, como o diplomata Henry W. Furniss (Losch, 2009), o professor J. S. Moore (Tiède, 2024) e o jornalista Robert Abbott (Domingues, 2006). Textos de afro-caribenhos nesse período parecem ser mais raros, embora certamente não inéditos.

Nesses termos, o caso analisado pode ser compreendido como uma modulação singular de disposições e processos historicamente constituídos. Como argumenta Bernard Lahire (2008), em vez de opor o singular ao típico, parte-se do pressuposto de que a variação individualizada é capaz de tornar visíveis combinações ou tensões específicas que permanecem opacas em análises exclusivamente macrosociológicas. Ao articular biografia, circulação e transnacionalismo, o artigo adota, portanto, uma estratégia analítica que compreende a redução de escala como um recurso heurístico privilegiado. Inspirada em propostas como as de Putnam (2006) e Seigel (2009), que concebem o transnacionalismo a partir da circulação concreta de pessoas, ideias e práticas, essa abordagem permite redefinir as unidades de análise, escapando tanto a recortes espaciais rígidos (o nacionalismo metodológico) quanto a abstrações dissociadas da experiência vivida.

Neste artigo, argumento que é precisamente nessa oscilação entre inserção e deslocamento que reside o interesse sociológico do caso, ao indicar como interpretações e categorias como raça, cor, nação e identidade são acionadas, negociadas e, por vezes, desestabilizadas ao longo do percurso.

Como veremos, ao acompanharmos Clarana/Clarke/Gil em seus deslocamentos (físicos e intelectuais), dificilmente poderemos apreendê-lo a partir de identidades nacionais fixas ou classificações raciais estáveis, e mesmo seu nome flutua entre tempos e espaços. Quando analisarmos seu livro *Os Estados Unidos pela civilização e a civilização dos Estados Unidos*, publicado no Rio de Janeiro em 1919, e outros de seus escritos, buscaremos apontar como sua própria interpretação sobre as relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos precisa ser repensada e renegociada contextualmente e como sua compreensão existe muito mais em um “entre-lugar” que desafia gramáticas analíticas rigidamente territorializadas.

Ao longo da pesquisa, foram consultados arquivos produzidos em diferentes países. Um desafio central consistiu na identificação do autor a partir dos três nomes estabelecidos e suas múltiplas variações (abreviações, traduções e contrações). Embora Nunes (2008) já apontasse para a presença de seus textos na revista *The Crisis*, as informações disponíveis no Brasil eram praticamente inexistentes. A Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional constituiu um ponto de partida decisivo, permitindo localizar referências na imprensa e encaminhar a pesquisa para outros acervos. Na tentativa de localizar outros textos de Clarana/Clarke/Gil, consultei extensivamente jornais digitalizados da imprensa norte-americana, parte dos acervos da Universidade de Cornell e periódicos caribenhos. No entanto, a primeira vez em que me deparei com nosso personagem foi a partir de sua correspondência com W.E.B. Du Bois. Percorri também outros acervos, nos quais localizei novas cartas, ainda que parte desse material não tenha sido acessível em razão de restrições impostas por universidades norte-americanas.

Para a reconstituição de sua trajetória, foram mobilizados sobretudo os arquivos digitais do National Archives and Records Administration, nos Estados Unidos, e do Arquivo Nacional, no Brasil, que forneceram registros censitários, pedidos de naturalização e listas de passageiros de navios. Esses dados permitiram delimitar seu período de permanência no Brasil e rastrear sua circulação por países como México e Santa Lúcia. Uma reconstituição mais ampla de sua trajetória individual e familiar, contudo, se beneficiaria da consulta a arquivos em Santa Lúcia e na Venezuela, o que ainda não foi possível.

O artigo está dividido em duas partes. Na primeira, apresento aspectos da trajetória de Clarana/Clarke/Gil nos Estados Unidos, entrelaçados com alguns de seus textos publicados até meados da década de 1910. Procuro contextualizá-lo, sobretudo, dentro de um panorama mais amplo das percepções sobre o Brasil naquele período, analisando as relações sociais e a posição então ocupada por Clarana/Clarke/Gil. Na segunda parte, o foco recai sobre seus trabalhos realizados no Brasil, com ênfase especial ao livro *Os Estados Unidos pela civilização e a civilização dos Estados Unidos*. Aqui, as informações pessoais são ainda mais rarefeitas, mas podemos encontrar certos indícios que o situam no Rio de Janeiro da época. Como, até o momento, foram localizadas poucas informações sobre o autor após seu retorno aos Estados Unidos, indico alguns desses elementos na conclusão.

2. O navio da utopia racial

“Um dos melhores homens e mais brilhantes acadêmicos formados pela Universidade de Cornell”.² Com essas palavras, Burt Green Wilder, um eminente professor de neurologia e zoologia daquela mesma universidade, descrevia James Bertram Clarke³ (Figura 1). Os registros parecem confirmar essa impressão. Segundo o *The Cornell Classbook* de 1912, Clarke, então com 24 anos, nasceu em Castries, capital de Santa Lúcia, nas Índias Ocidentais, e estudou artes em Cornell, uma Ivy League em Ithaca, Nova York. Teve uma vida estudantil intensa: participou de diversos clubes sociais, foi editor assistente da revista *Cosmopolitan Student*, membro da American Academy of Political and Social Science e recebeu um *prix d'honneur* da Society of French Professors of America, reconhecimento que ganhou destaque em jornais e revistas da época. Além disso, desde 1910, integrou a Alpha Phi Alpha, uma das primeiras fraternidades negras dos Estados Unidos, fundada em 1906. Formou-se em junho de 1912 como *Bachelor of Arts* (Figura 2).

² Todas as traduções de textos em inglês sem versão publicada em português são de minha autoria.

³ Burt Green Wilder foi um personagem importante no debate científico crítico à tese da inferioridade dos negros em relação aos brancos na virada do século. Colecionador e estudioso de cérebros humanos, chegou a se apresentar em um encontro do National Negro Committee, predecessor da NAACP (Weiner, 2018).

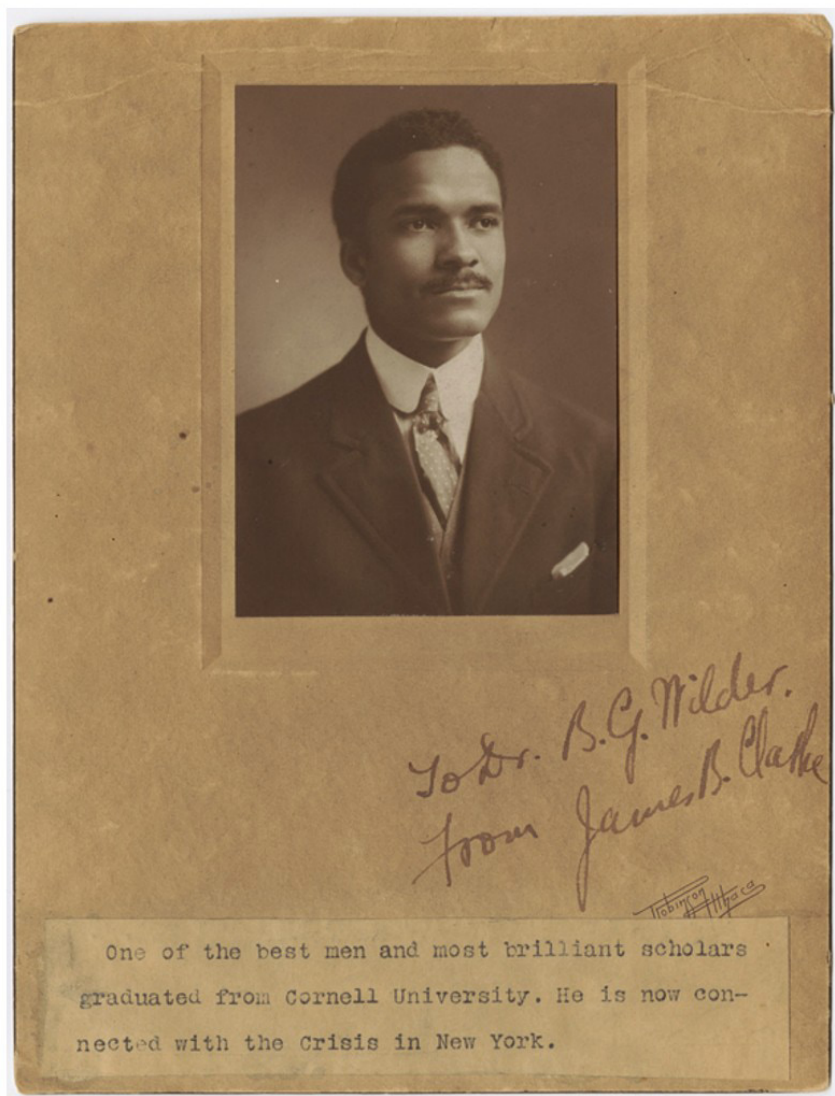


Figura 1. Burt Green Wilder papers, Box 21 (Cornell University Library, 2025a).

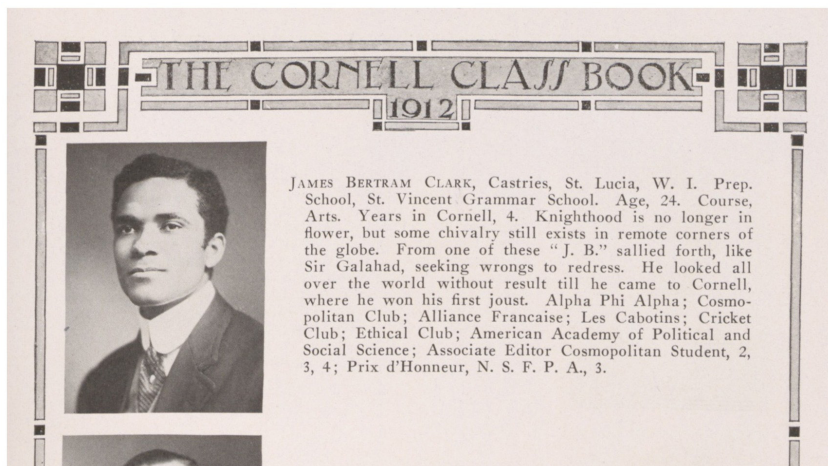


Figura 2. Images from the Rare Book and Manuscript Collections.
ID Number: RMC2008_0104 (Cornell University Library, 2025b).

Em 1911, Clarke esteve no centro de uma polêmica em Cornell ao publicar no jornal universitário o artigo "Race Prejudice at Cornell". Nele, denunciava a discriminação racial na universidade, destacando a exclusão de alunas negras de um dormitório. O texto era um manifesto por igualdade, baseado nos princípios fundacionais da universidade, e também um testemunho pessoal. Clarke se descreveu como o "homem de cor" [*male colored person*] que sofrera discriminação repetidamente nas acomodações da instituição. O artigo teve repercussão significativa, levando o reitor a se pronunciar contra a discriminação. Sua atuação lhe garantiu destaque na recém-criada *The Crisis* que, em outubro de 1911, o incluiu entre os "Homens do Mês". Editada por W.E.B. Du Bois e vinculada à National Association for the Advancement of Colored People (NAACP), a revista se tornaria um dos principais veículos da comunidade afro-estadunidense, com especial ressonância entre seus setores médios e intelectuais, atuando como espaço de debate político, afirmação cultural e defesa dos direitos civis no início do século XX.

Ainda como aluno de Cornell, Clarke escreveu o posfácio da peça *Christopher, a Tragedy in Prose of the Imperial Haiti*, de William Edgar Easton, onde analisava a situação do Haiti. Na apresentação da obra, Easton revela que Clarke teria nascido em 1888, mas agora é registrado como natural da ilha de Saint Vincent. Descobrimos também que Clarke vinha de uma “boa linhagem” [*good stock*]: seu pai e outros parentes eram ministros anglicanos, um deles possivelmente formado em Oxford. Quase seguiu carreira religiosa, mas preferiu letras modernas, tornando-se fluente em espanhol, francês e italiano. Easton encerra exaltando Clarke como alguém cujas “[...] habilidades mentais extraordinárias deveriam torná-lo a maior força educacional individual da raça na América hoje” (Easton, 1911, p. 107).

No livro, publica-se também o relato de uma conversa de Clarke com a abolicionista Harriet Tubman, que faleceria dois anos depois. O texto entrelaça suas memórias a comentários de Clarke sobre a situação da ativista e as relações raciais nos Estados Unidos – entre conquistas e promessas não cumpridas. Em “An hour with Harriet Tubman”, o autor reafirma sua origem nas Índias Ocidentais, com direito a um comentário de Tubman dizendo que “Soube de onde ele [Clarke] vinha assim que o ouvi falar” (Clarke, 1911, p. 118).

O que fazia Clarke, então estudante de Cornell, frente a uma das figuras mais importantes da história dos Estados Unidos? Segundo o perfil escrito por Easton, Clarke “[...] encontra tempo para auxiliar na arrecadação de fundos para a Harriet Tubman Home, não apenas para garantir um lar adequado à centenária cujo nome a instituição carrega, mas também para abrigar outros membros idosos e merecedores da raça negra” (Easton, 1911, p. 107). Além de Clarke, Anne Fitzhugh Miller, neta do abolicionista e filantropo Gerrit Smith, também estava presente na entrevista. Sufragista reconhecida, Miller interveio em alguns momentos, perguntando diretamente a Tubman sobre o voto feminino e convidando-a a tornar-se membra vitalícia do Geneva Political Equality Club.

Cartas no arquivo de Du Bois (sobre as quais falaremos na conclusão) revelam ainda que Miller prestou apoio financeiro a Clarke durante seu tempo em Cornell (Comstock, 1928).⁴

Segundo Huff (1984), o Geneva Club era um espaço progressista de debates públicos, com foco no sufrágio feminino. Clarke participou pelo menos uma vez de seus encontros. Em junho de 1910, enviou carta a Anne Miller (Clarke, 1910) informando seu horário de chegada a Geneva para um evento. Dois dias depois, apresentou-se no *Geneva Political Equality Club Piazza Party*, no Country Club da cidade. A estrela do encontro foi Max Eastman, professor da Universidade de Columbia e secretário da *Men's League for Woman Suffrage* de Nova York (Geneva Political, 1910).

Não temos ainda elementos suficientes para saber como Clarke, com pouco mais de 20 anos de idade, criou seus vínculos com frações da elite progressista branca do Estado de Nova York e com uma das principais referências da luta abolicionista negra nos Estados Unidos. No entanto, as expectativas otimistas com seu potencial pareciam se confirmar. Em 1913, é referido no livro *The African abroad, or, his evolution in western civilization, tracing his development under Caucasian milieu*, de William Henry Ferris, no capítulo “Some prominent and talented colored people of to-day”. No mesmo ano, aparece entre os membros da equipe editorial da revista *The Crisis*, chegando a representar a NAACP em um congresso de higiene na escola.

Logo após se formar, Clarke publica, em outubro de 1912, seu único artigo (com esse nome) em *The Crisis*, intitulado “Cuban Revolution”, no qual critica o Partido Independente de Cor (PIC), extinto meses antes com violenta repressão.

⁴ Sabemos que Clarke conhecia a mãe de Anne Miller, Elizabeth Miller, desde 1908, graças a uma dedicatória desta última a Clarke em um livro localizado na coleção Schomburg da New York Public Library, que diz: “Para James Bertram Clarke, com os melhores votos de Elizabeth Smith Miller. Lochland, nov. 28, 1908.” O livro era uma biografia de seu pai: *Gerrit Smith: The story of a noble man's life*, escrito por Charles A. Hammond. No mesmo livro, há ainda outra dedicatória, dessa vez de James Clarke para Schomburg: “Para Arthur Schomburg, com o mais profundo apreço pelo trabalho que ele está realizando para a posteridade negra. J.B. Clarke, Nova York, 1º de janeiro de 1915”.

Nele, considera equivocada a estratégia do PIC em um contexto que, a seu ver, oferecia oportunidades políticas aos negros, advertindo ainda que a legalização de partidos raciais poderia favorecer organizações supremacistas. Seus argumentos se contrapõem aos de Arturo Schomburg, que defendera o PIC na mesma revista, revelando perspectivas distintas sobre a política racial em Cuba (Clarke, 1912, Schomburg, 1912). Em 1913, Clarke não publica, mas surgem os primeiros textos de José Clarana. O primeiro, também sobre Cuba, aborda o poeta afrocubano Plácido, executado em 1844 como vítima de uma falsa conspiração do governo espanhol. Nesse caso, a interpretação de Clarana se aproxima da de Schomburg, escrita alguns anos antes, ambos apresentando Plácido como vítima da opressão colonial e da escravidão (Clarana, 1913a). O artigo inclui um desenho de Plácido com a legenda: “De um desenho em posse do Sr. Arturo Schomburg”.

O segundo artigo, publicado em julho de 1913, aborda os modelos educacionais para a população negra nos Estados Unidos. Em “The Schooling of the Negro”, Clarana defende a centralidade da educação para a ascensão social e intelectual, recusando a oposição entre ensino industrial e educação superior e sustentando que esta última é fundamental para a adaptação às transformações da sociedade americana e para o acesso a posições de destaque. Nesse sentido, afirma que a leitura de autores como Toussaint L’Ouverture, Alexandre Dumas, Plácido ou Gualberto Gómez “[...] não pode deixar de receber nova inspiração e nova confiança no poder do sangue negro de se redimir, tanto fora quanto dentro dos Estados Unidos” (Clarana, 1913b, p. 136). Sua posição se insere na polêmica que opôs Booker T. Washington e W.E.B. Du Bois, alinhando-se a este último, que criticava a ênfase de Washington na educação industrial como uma concepção acomodatória da formação intelectual e da cidadania negra (Morris, 2015, Moura; Bernardino-Costa, 2025).

Em setembro de 1913, Clarana publica mais um texto em *The Crisis*, enquanto James B. Clarke escreve para os anais da American Academy of Political and Social Science, em um número especial sobre *The Negro’s Progress in Fifty Years*, que reúne artigos de Robert Park, Du Bois e Booker T. Washington.

Os dois textos tratam de um mesmo tema: a comparação entre as relações raciais nos Estados Unidos e na América Latina, com destaque para o Brasil. O título do artigo de Clarana em *The Crisis* e sua primeira frase sintetizam bem sua abordagem. “Getting Off the Color Line” começa afirmando: “O Brasil é um país onde não há linha de cor” (Clarana, 1913c, p. 244). O texto destaca as oportunidades que os negros brasileiros teriam para acessar espaços e profissões vedadas aos afro-estadunidenses e propõe explicações históricas para as diferenças entre os países, especialmente no que diz respeito à escravidão e à religião. Sua posição se explicita no seguinte trecho:

Com o gasto de um pouco de oratória e sem derramamento de sangue, os Negros e Negroides [*Negroes and Negroids*] que não eram proprietários de escravos, ou pelo menos libertos, foram emancipados sem gerar as animosidades que ressurgiram nos Estados Unidos após a Guerra Civil. Assim, há menos de vinte e cinco anos, a nova República do Brasil, sob Deodoro, um homem de cor, começou com uma herança de Ordem e Progresso como nenhum outro país americano jamais conhecera, pois, com exceção da longa e custosa guerra com o Paraguai, o Brasil monárquico desfrutara de maior paz e um desenvolvimento mais ordenado do que até mesmo os Estados Unidos. (Clarana, 1913c, p. 245).

Como podemos ver, Clarana reproduz uma visão quase arquetípica da escravidão e abolição nos Estados Unidos e no Brasil. No artigo “The Negro and the Immigrant in the Two Americas. An International Aspect of the Color Problem”, publicado no mesmo mês nos anais da American Academy of Political and Social Science e assinado por James B. Clarke, essa perspectiva se repete. O autor amplia seu repertório de exemplos para incluir o México, Cuba, Venezuela e até a Argentina. Para Clarke, as lideranças negras e indígenas destes países indicam que, embora dificuldades políticas e econômicas existam, “[...] a raça não é um fator determinante na política governamental nem na conduta cotidiana das pessoas” (Clarke, 1913, p. 33).

Ao destacar o reconhecimento racial nesses países, o autor reforça seu argumento de que a discriminação nos Estados Unidos tem raízes em preconceitos religiosos, econômicos e culturais profundos, sem equivalentes no restante do continente.

No caso brasileiro, desde o século XIX, o discurso abolicionista consolidava a ideia de um país racialmente harmônico (Azevedo, 1996). Essa imagem também compunha a geografia do que Kelley (2002) chamou de *freedom dreams*, os “sonhos de liberdade” que povoavam a imaginação afro-estadunidense, fazendo do Brasil um horizonte de oportunidades em uma sociedade supostamente livre da “linha de cor” (Hellwig, 1990, Mead; Pirio, 1988).⁵ Durante as primeiras décadas do século XX, intelectuais e ativistas negros de diferentes correntes políticas comentaram o Brasil nessa chave, entre eles Booker T. Washington, Cyril Briggs e Robert Abbott. Na década de 1920, no contexto do Renascimento do Harlem, obras literárias como *Plum Bun*, de Jessie Redmon Fauset, e *Passing*, de Nella Larsen, evocaram o Brasil para discutir a “passabilidade” racial (Nunes, 2008). Naquele momento, um dos principais entusiastas da organização das relações raciais no Brasil foi o próprio Du Bois. Nos mesmos anos em que Clarana/Clarke escrevia seus textos, Du Bois publicava em *The Crisis* pequenas considerações sobre o país (Nunes, 2008, Seigel, 2009, Góes, 2021, Bittencourt; Marcondes, 2025). É conhecido, por exemplo, seu entusiasmo com a palestra de João Batista de Lacerda “Sobre os Mestiços no Brasil”, apresentada no Congresso Universal das

⁵ A noção de “linha de cor”, consagrada por W.E.B. Du Bois, mas de uso anterior, designa a divisão estrutural das sociedades modernas em grupos racializados por meio da qual se organiza de forma desigual o acesso a direitos e a posições socialmente valorizadas. Nesse sentido, a “linha de cor” pode ser entendida como um princípio organizador da modernidade, que produz e naturaliza hierarquias raciais, ao mesmo tempo em que molda formas de subjetivação e resistência (Itzigsohn; Brown, 2020). Embora Du Bois considerasse a “linha de cor” como um problema global, o Caribe e o Brasil eram frequentemente mobilizados como contrapontos, sendo descritos como sociedades em que a linha de cor se apresentaria de forma menos rígida ou ostensiva. Para detalhes sobre o debate caribenho das primeiras décadas do século XX, cf. James (2020).

Raças em 1911 na mesma mesa em que o próprio Du Bois falou sobre “The negro race in the United States”.⁶

Clarana/Clarke abordava as relações raciais entre Brasil e Estados Unidos em um contexto favorável a esse tipo de comparação, ecoando ideias recorrentes. Se suas análises, por vezes simplistas, não fugiam ao senso comum, tampouco pareciam mera repetição de argumentos alheios. No artigo “Getting Off the Color Line”, Clarana sugere um conhecimento mais aprofundado do Brasil, trazendo, por exemplo, a viagem do couraçado *Minas Geraes* aos Estados Unidos naquele ano. Segundo ele, o navio era de “especial interesse para as pessoas de cor” (Clarana, 1913c, p. 245), e sua história ganhava destaque pela Revolta da Chibata, quando “João Cândido, um homem de cor, surpreendeu o mundo ao matar o capitão, um homem de sangue indígena, e ao ameaçar bombardear a cidade do Rio de Janeiro caso o governo não atendesse às suas exigências por certas reformas no serviço naval, sendo a principal delas a abolição do castigo corporal” (Clarana, 1913c, p. 245). Clarana relata que o povo, o governo e a própria Marinha (com algumas exceções) apoiaram os marinheiros, embora João Cândido não tenha se beneficiado das conquistas da revolta. O artigo também menciona figuras como João Batista de Lacerda, Diogo Álvares, Deodoro da Fonseca e Joaquim Nabuco.

Outro episódio narrado envolve três oficiais brasileiros do *Minas Geraes*. Clarana descreve um momento curioso em que esses oficiais teriam permitido uma “invasão pacífica” – uma referência bem-humorada à visita de um grupo de (presumivelmente) americanos ao navio. O próprio autor parece ter estado entre os “invasores”, já que as fotos que ilustram o texto mostram visitantes sorridentes, e uma das figuras se assemelha a James Bertram Clarke. A experiência desses oficiais servia como contraste entre as oportunidades abertas a homens de cor na Marinha brasileira e as restrições impostas nos Estados Unidos. Talvez não seja exagero dizer que o *Minas Geraes* encarnava certa utopia racial.

⁶ Juliana Góes (2021) chama atenção para como o argumento sobre a ausência de linha de cor no Brasil, depois ampliado para a América do Sul como um todo, aparece em vários dos trabalhos de Du Bois dos anos 1910.

Desde sua primeira missão, transportando dos Estados Unidos o corpo do abolicionista Joaquim Nabuco, passando pela revolta liderada por João Cândido, até sua tripulação racialmente diversa, o navio navegava como uma possibilidade simbólica em meio à segregação racial norte-americana.

Após a publicação dos quatro artigos em 1913, as informações sobre Clarana/Clarke se tornam escassas. Como mencionado, Clarke assume temporariamente um posto editorial em *The Crisis* e representa a NAACP em um evento. Ainda naquele ano, uma nota na revista informa que ele foi nomeado professor de espanhol em escolas secundárias noturnas de Nova York, obtendo a maior pontuação no exame de admissão (Personal, 1913, p. 321). Dessa menção em diante, só voltamos a ter notícias em 1916, quando, em fevereiro, Clarana publica um novo artigo em *The Crisis*, agora sobre os “crioulos de cor” da Louisiana. Em dezembro, é a vez de Clarke reaparecer em uma pequena nota na mesma revista com a seguinte informação: “James Bertram Clarke, formado pela Universidade de Cornell e, até recentemente, professor de espanhol nas escolas de ensino médio do Brooklyn, Nova York, foi para o Rio de Janeiro para representar uma empresa comercial dos Estados Unidos” (Personal, 1916, p. 92).

Não sabemos ao certo como Clarke passa de professor de espanhol a representante comercial no Brasil, mas, de alguma forma, ele entra em seu navio, utópico ou não, rumo ao país onde não haveria “linha de cor”. Ao desembarcar, no entanto, Clarke desaparece. Mais surpreendente ainda, torna-se venezuelano e assume um novo nome: Jaime Clarana Gil.

3. O espelho partido das Américas

São poucas as informações sobre Jaime Gil no Brasil. Em outubro de 1916, desembarcou no Rio de Janeiro vindo de Nova York a bordo do *Vasari*, registrado como venezuelano, solteiro e com 28 anos. Trazia na primeira classe quatro malas de cabine e duas de porão.

Em maio de 1917, o jornal *O Imparcial* registrou sua atuação como representante da empresa Dr. Richards Dyspepsia Tablet Association, especializada em produtos farmacêuticos. Pouco depois, um documento da Prefeitura do Rio o registra como agente da The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company.

Em junho de 1918, Gil embarcou no *Saga* com destino a Nova York. Na ficha de imigração, aparece classificado na coluna “Raça ou povo” como “hispano-americano, Venezuela” e *status* “em trânsito”. Na coluna “Nome e endereço completo do parente ou amigo mais próximo no país de origem” aparece uma das poucas pistas sobre seus círculos sociais no Rio de Janeiro: o nome de Ambroso Lamedo. Trata-se de um erro de grafia para Ambrósio Lameiro, empresário porto-riquenho de destaque no Rio desde pelo menos 1909. Essa menção sugere que Gil, além de suas conexões comerciais, provavelmente se inserira numa comunidade latino-americana já estabelecida na cidade.

Em agosto de 1918, Gil encontrou espaço na primeira e única edição da revista *Três Américas*. A publicação, com 72 páginas coloridas, dedicava-se a temas panamericanos, reunindo artigos em português, espanhol e inglês, além de muitos anúncios e fotografias. O editor responsável era o jornalista Antonio Carlos Cezar Sobrinho. Ali, Gil assinou o ensaio “Venezuela: cuna del americanismo”, em espanhol, num texto de pouco mais de uma página. Nele, destaca as lutas de Simón Bolívar e outros heróis nacionais contra o domínio espanhol, bem como o ideal de criação da Grande Colômbia. A Venezuela é retratada como uma nação que, apesar dos conflitos internos e da pressão de potências europeias e dos Estados Unidos, conseguiu preservar sua soberania, servindo como símbolo tanto do passado quanto do futuro dos ideais de uma “Magna Colômbia” para “todos os povos do Novo Mundo” (Gil, 1918, p. 18). A única foto, até agora, conhecida de Gil em sua passagem pelo Brasil ilustra esse texto (Figura 3).



Figura 3.

Fonte: Revista Três Américas, n. 1, ago. 1918.

À primeira vista, pode parecer inesperada a referência à nacionalidade venezuelana e sua relação aparentemente súbita com o país. No entanto, como demonstra Putnam (2013) em sua análise do que denomina mundo da mobilidade circum-caribenha, a circulação de trabalhadores entre as ilhas antilhanas (incluindo Santa Lúcia) e a Venezuela foi intensa entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, constituindo este último país o principal destino dos naturais das Índias Ocidentais Britânicas até o início da construção do Canal do Panamá. Não é, portanto, improvável que a família paterna de Clarana/Clarke/Gil fosse originária de Santa Lúcia (como sugere Easton), enquanto a materna estivesse vinculada à Venezuela. Embora ainda careçamos de informações mais precisas sobre sua trajetória familiar, é plausível supor que nosso personagem, justamente porque inserido nesse circuito de mobilidade caribenha, dispusesse de um repertório de pertencimentos mais flexível, capaz de negociar filiações, e mesmo nacionalidades, conforme as circunstâncias sociais, políticas, laborais e geográficas que atravessava.

Em outubro de 1919, o percurso de Gil voltou a cruzar-se com o de Antonio Carlos Cezar Sobrinho, o editor de *Três Américas*. Desta vez, porém, o encontro se deu nas colunas policiais. No dia 2 de outubro, *O Jornal* e o *Correio da Manhã* estamparam em suas páginas um caso insólito: enfurecido com quatro meses de aluguel atrasado, Jaime C. Gil resolveu despejar Cezar Sobrinho da maneira mais direta possível – atirando seus pertences pela janela do escritório. A confusão atraiu a atenção dos passantes e, logo, também da polícia do 2º Distrito. Segundo o próprio Gil, ouvido por repórteres, os agentes o teriam agredido antes de conduzi-lo à delegacia. No dia seguinte, o delegado Albuquerque de Mello apresentou outra versão ao *Correio da Manhã*, informando que a prisão ocorrera por “desobediência à ordem legal” e “ferimentos leves” em um policial, e que Gil fora autuado, interrogado e submetido a exame de corpo de delito antes de obter liberdade mediante fiança de um conto de réis. É interessante observar também como Jaime Gil foi apresentado nas reportagens.

O *Correio da Manhã*, por exemplo, descreveu-o como “venezuelano, estabelecido com uma agência de fábricas de produtos diversos: químicos, farmacêuticos e similares, artigos para impressão, tecidos, luvas e miudezas”, ressaltando seu perfil “qualificado”, capaz de “dar provas de suas relações” (Um despejo..., 1919, p. 7).

Ainda naquele outubro agitado, um novo nome emergiu nas páginas culturais: José Clarana. O *Hoje: Periódico de Ação Social*, o *Jornal do Brasil* e *A União* noticiaram o lançamento de *Os Estados Unidos pela civilização e a civilização dos Estados Unidos*, obra editada nas Oficinas Gráficas do *Jornal do Brasil*, mas sem menção a uma editora. O jornal *Hoje* chegou a reproduzir passagens do livro e mencionou a “estúpida violência policial de que foi vítima” o autor. Clarana é descrito como “um sociólogo, cujas campanhas pelo soerguimento moral da raça negra o impuseram, nos meios intelectuais dos Estados Unidos, à consideração e admiração dos publicistas” (A raça..., 1919, p. 8). Essas reportagens, apesar de elogiosas, ofereceram poucas pistas novas sobre sua vida no Rio, limitando-se a repetir sua condição de “cultíssimo espírito da Venezuela” e a aludir a uma vaga “importante missão comercial”.

Vejamos agora, em detalhes, o livro *Os Estados Unidos pela civilização e a civilização dos Estados Unidos*. A obra é organizada em três capítulos, precedidos de uma introdução intitulada “Providencias prefaciarias”, datada de 10 de setembro de 1919. No longo prefácio, o autor informa que os dois primeiros capítulos já haviam sido publicados em jornais menores de fora do Rio de Janeiro. Embora esse caráter autônomo retire parte da unidade do livro, ele se estrutura em torno de um eixo central: a crítica ao modelo de civilização dos Estados Unidos, especialmente suas práticas discriminatórias e sua política externa imperialista, vistas como desdobramentos da “monomania” americana (a “mania da cor”) e da “negrofobia”. Cada capítulo enfoca um aspecto desse problema, sempre em reação a um evento específico. Aqui, nos concentraremos no prefácio e nos dois primeiros capítulos, deixando o terceiro, “América geográfica e América política”, com escassas menções ao Brasil, para outra ocasião.

Nas “Providencias prefaciarias” não há referências diretas aos círculos sociais de Clarana. No entanto, desde o início, o autor expressa insatisfação com os espaços que lhe eram concedidos na imprensa e critica o “grêmio jornalístico”, descrito como uma “sociedade fechada e exclusiva” (Clarana, 1919, p. 8) que pouco contribui para a formação da opinião pública. A imprensa carioca surge como um ambiente corrompido, onde a publicação de textos depende de pagamento ou influência pessoal, num cenário em que política e jornalismo se confundem, e as relações pessoais subordinam “o interesse geral à cobiça particular” (Clarana, 1919, p. 9). A crítica ganha ilustrações pessoais ao narrar suas tentativas frustradas de publicar cartas, comentários ou correções em grandes jornais, sempre ignoradas pelos editores.

A indignação de Clarana vai além das dificuldades de publicação. Ele denuncia a escalada de linchamentos nos Estados Unidos – os massacres de East St. Louis (1917), Waco (1916) e Springfield (1906) – e lamenta o silêncio quase total da imprensa brasileira diante dessas barbáries. Para sublinhar essa omissão, conta ter remetido seu primeiro artigo a “políticos e escritores” nacionais, acompanhado de “uma cartinha, na qual perguntava respeitosamente se o Brasil ia esperar que os seus filhos fossem linchados, antes de oferecer, a esse respeito, um conselho amistoso e uma viril admoestação aos Estados Unidos” (Clarana, 1919, p. 15-16), sem receber resposta. Com ironia, estranha também que “um cura mulato” rezasse missas “pela vitória dos ideais dos aliados” na Primeira Guerra sem jamais lembrar as vítimas de Springfield – pois, segundo o autor, um sacerdote que ousasse orar por tais vítimas seria visto pela “fina flor da sociedade nacional e estrangeira” como alguém promovendo “uma coisa inteiramente de negros, um candomblé, uma feiteiceira qualquer” (p. 15).

As *Providencias prefaciarias* sugerem que o livro buscava alertar a opinião pública brasileira sobre os horrores da discriminação racial nos Estados Unidos, com dois objetivos: 1) sensibilizar o Brasil para a necessidade de se posicionar contra esses crimes; 2) evitar que episódios semelhantes ocorressem no país. Para o primeiro objetivo, a linguagem crua e direta era fundamental, com descrições perturbadoras de linchamentos.

Já o segundo se materializa no tema do primeiro capítulo, centrado na recusa de matrícula de um menino negro no Colégio São Vicente de Paulo, em Petrópolis, por causa da cor de sua pele.

O episódio que inspirou o capítulo ocorreu em 1917 e gerou repercussão na imprensa (Silva, 2015). O menino recusado pelo colégio era filho de Hemetério dos Santos, professor do Colégio Militar e figura reconhecida no combate à discriminação racial. Sua indignação, porém, não se limitou ao veto escolar. Clarana criticou duramente o jornal *A União*, que alegava não haver preconceito dos examinadores, mas sim que “os pais de crianças brancas não tolerariam um aluno negro”, o que tornaria sua própria permanência um transtorno. Para Clarana, a defesa do colégio era um esforço “inconsciente” de introduzir no Brasil a “planta exótica de ódio de casta” (Clarana, 1919, p. 22). As seis páginas seguintes do capítulo são dedicadas a demonstrar que seus interlocutores desconheciam a realidade racial dos Estados Unidos:

É fora de dúvida que, se isso dos Estados Unidos fosse sabido um pouco melhor, não se empenharia a voz do catolicismo em sujeitar o povo brasileiro à perversão dos instintos morais, à perda total de amor-próprio e respeito para si mesmo, que são as consequências para o povo *branco* norte-americano da disseminação, de cima para baixo, da ideia da divisão arbitrária em dois grupos hostis separados por uma linha imaginária, chamada de cor, de homens de uma mesma língua, uma mesma fé, uma visível e inegável consanguinidade, uma história indissolivelmente entretecida e idênticas aspirações. (Clarana, 1919, p. 23; *italico no original*).

Clarana narra em detalhes as etapas brutais de um linchamento⁷ e expõe a violência e a hipocrisia dos políticos e patrões brancos no massacre de East St. Louis, Illinois, em 1917, quando dezenas de mulheres, crianças e homens negros foram assassinados e centenas de casas destruídas ao

⁷ O ano e a descrição tornam muito provável que seja o linchamento de Waco, no Texas, onde o jovem Jesse Washington foi queimado vivo após acusação de ter assassinado uma mulher.

longo de dias de ataques organizados por brancos. Recorda as restrições ao voto no Sul, a ascensão de congressistas abertamente supremacistas e os dois mandatos de Woodrow Wilson, responsabilizando-o pela segregação nas repartições públicas de Washington e por espalhar pelo mundo “as sementes do culto obrigatório e legalizado da cor” (Clarana, 1919, p. 26). Apesar disso, Clarana lembra também que, nos Estados Unidos, havia “exemplos de adiantado civismo e patriótica previsão” que poderiam servir de modelo. Sem mencionar diretamente sua própria experiência, ele evoca o caso de Cornell, quando “certas senhorinhas do sul” ameaçaram abandonar a universidade se alunos negros permanecessem, e o reitor insistiu que as portas da instituição permaneceriam abertas a todos, sem distinção de cor, raça ou classe social (Clarana, 1919, p. 29).

Nas páginas finais do capítulo, o ritmo se acelera, trazendo várias reflexões pouco desenvolvidas. Uma das mais instigantes é sua breve incursão conceitual sobre raça, extraída do peruano Francisco Garcia Calderón, segundo quem raça seria “síntese dos diversos elementos de uma civilização definida. Religião, arte, língua, convivência secular em determinado território, tradição, afinidades morais que fixam, através dos séculos, duradouras culturas e caracteres psicológicos inconfundíveis” (Calderón *apud* Clarana, 1919, p. 30). Clarana não aprofunda essa perspectiva, extraída do artigo “El panamericanismo: su pasado y su porvenir”, publicado no Brasil pela *Revista Americana* em dezembro de 1916. O próprio Garcia Calderón tampouco desenvolve esse conceito, e sua formulação contrasta com outros textos seus, fortemente influenciados pelo darwinismo social e marcados por interpretações negativas sobre as populações não europeias da América Latina (Losada, 2013). Não há como saber se Clarana conhecia outros trabalhos do autor ou se apenas se apropriou de uma definição que lhe pareceu útil por sugerir um deslocamento da noção biológica de raça para um sentido mais histórico e cultural. Nesse ponto, Clarana parece sobrepor a ideia de raça à de nação, afirmando que:

São da raça unicamente brasileira os nacionais do Brasil, que falam a sua língua, que respeitam as suas leis e que vivem de acordo com as suas tradições de Ordem e Progresso. São traidores e inimigos, que não cabem no vasto território desta República, os que tentarem desfazer a *nossa obra*, procurando dividir o *nosso povo unido*, segundo a sua parentela evidente ou putativa com as diversas famílias humanas que, há quatro séculos, contribuem, conforme os seus respectivos dons ou oportunidades, para a formação da *nossa raça*, que é a *nossa nação*. (Clarana, 1919, p. 30; grifos nossos).

Chama a atenção, em primeiro lugar, o uso da primeira pessoa do plural no texto. Esse registro se repete ao longo do livro. Estaríamos observando mais uma mudança de nacionalidade em nosso protagonista? Não há, no livro, qualquer referência explícita à nacionalidade de Clarana, nem à sua própria cor ou identificação racial. A “*nossa obra*” e “*nosso povo unido*” são indicativos de uma visão coesa da sociedade brasileira, cujo grande legado na “*tarefa especial no desenvolvimento do Pan-americanismo e do Pan-humanismo*” é “*mostrar ao mundo inteiro como vivem as gentes juntas e em paz*” (p. 31). Em contraste com as imagens hediondas dos linchamentos norte-americanos, Clarana encerra o capítulo com uma visão solar – o Brasil como espaço de convivência harmoniosa, simbolizado na metáfora de “*filha por excelência do sol*”.

É interessante notar que esse posicionamento em relação ao Brasil não destoava de formulações presentes na chamada imprensa negra brasileira do período. Como observa Guimarães (2003a, p. 56), tratava-se de um momento em que “a assimilação à cultura nacional [era] o objetivo único da comunidade negra brasileira” e em que a denúncia da violência do racismo nos Estados Unidos servia para “valorizar a nossa tradição de tolerância e de convívio inter-racial”. Em outro artigo, Guimarães (2003b, p. 260) sugere que, nesse contexto, “não haveria lugar para outro nacionalismo que não fosse o brasileiro, assim como não haveria lugar para outra cultura que não fosse a nacional”.

Embora oriunda de debates norte-americanos, a linguagem de Clarana parece incorporar a flutuação de categorias ainda em consolidação no Brasil à época. Assim, se a categoria “negro” aparece frequentemente de forma afirmativa ao longo do livro, ela muitas vezes se confunde com outras, como “de cor” (“alunas de cor”) e mesmo “classe” (“classe negroide”). De modo semelhante, ao se referir ao preconceito, Clarana recorre mais a “preconceito de cor” ou “questão de cor” do que à categoria “raça” – mobilizada, por exemplo, ao tratar dos “preconceitos fantásticos de raça”, além da discussão de Garcia Calderón, como vimos.⁸

O capítulo seguinte do livro adota um tom menos otimista. Intitulado “A monomania americana” e escrito em 1919, retoma temas semelhantes ao primeiro, mas desta vez o estopim são os conflitos raciais que eclodiram em Chicago e Washington em julho daquele ano, no que ficaria conhecido como *Red Summer*. No entanto, a motivação principal da análise de Clarana é a ausência de notícias e comentários na imprensa brasileira sobre a onda de violência que assolava as cidades norte-americanas, deixando dezenas de mortos. Assim como no prefácio e no primeiro capítulo, boa parte dos esforços do autor está voltada para descrever e explicar ao leitor brasileiro as dinâmicas do racismo nos Estados Unidos.

Os eventos de Chicago seriam, ao mesmo tempo, mais uma demonstração da dinâmica de violência racial nos Estados Unidos e uma reação. Segundo o autor, diante do esgotamento de sua paciência, o negro americano evidenciava sua capacidade de resposta, oferecendo “provas do valor que ele acaba de demonstrar novamente na França”, combinando habilidade técnica e coragem no campo de batalha. Nesse contexto, surge uma das citações mais incisivas do livro:

⁸ Nesse sentido, seria interessante, em desdobramentos futuros, aproximar (e distanciar) a discussão de Clarana sobre a ideia de raça com aquela desenvolvida por W. E. B. Du Bois em seu célebre artigo “The Conservation of Races”, de 1897.

O negro, nos Estados Unidos, como classe político-social e não como grupo étnico inteligentemente definido, é muito mais adiantado do que os seus semelhantes em qualquer parte do mundo, mais civilizado, mesmo, do que milhares de imigrantes europeus que são ensinados a se julgarem superiores a ele. Ele aprendeu, enfim, que somente os que não temem morrer são dignos de viver. (Clarana, 1919, p. 39).

O trecho se destaca por sugerir uma forma de resistência não restrita às vias institucionais, mas que inclui o enfrentamento direto.⁹ Também é notável a definição do negro nos Estados Unidos como uma “classe político-social” organizada, e não como um grupo étnico. Essa situação fortalecida do afro-estadunidense leva Clarana a afirmar no artigo que “ele não precisa dos protestos de indignação” (Clarana, 1919, p. 39) da comunidade internacional, embora fosse esperado que o Brasil não ficasse calado, tanto pela necessidade de proteger seus cidadãos no exterior quanto por uma questão moral: “se não temos um problema de cor, é porque foi quase totalmente resolvido para nós pela Guerra Civil naquele país” (Clarana, 1919, p. 40). Essa afirmação enigmática levanta questões interpretativas. Ele não desenvolve a ideia, mas sugere uma dívida. O que fica claro é seu apelo para que instituições brasileiras (como a Igreja, o Instituto de Advogados, as organizações operárias) pressionem suas equivalentes norte-americanas a se posicionarem contra a discriminação racial.

Não retomaremos aqui as muitas páginas em que Clarana faz uma crítica mordaz aos Estados Unidos. Concentremo-nos, em vez disso, em sua censura à ausência de manifestações brasileiras e à falta de debate público sobre o tema. Ele menciona o medo compreensível diante da potência expansionista americana e até mesmo o desconhecimento do que ali ocorria. No entanto, sua hipótese central é outra e, talvez, surpreendente, considerando seus outros escritos e o primeiro capítulo do livro. Leiamos:

⁹ Em outro trecho do artigo, Clarana escreve: “Quero acreditar que, uma vez despertado, o senso prático do yankee lhe avisará que já é tempo de acabar com as odiosas superstições em torno de uma pessoa de cor. ‘It is high time to quit’, ele dirá, e acompanhará as palavras com a ação necessária, linchando, se for preciso, os próprios linchadores” (Clarana, 1919, p. 47).

Receio que ainda fiquem mudos os que deveriam falar e que, se agirem, seus movimentos careçam da espontaneidade e da força necessárias para produzir todo o efeito possível. Somos tão parecidos com os americanos, especialmente com os do Sul, que talvez seja difícil para nós sentir toda a iniquidade deles. Com as ligeiras modificações de que não somos os autores, temos a mesma maneira de viver e de pensar. (Clarana, 1919, p. 48).

A aproximação entre brasileiros e americanos (sobretudo os do Sul) é, no mínimo, instigante. Mais ainda quando o autor exemplifica sua tese com práticas como o uso indiscriminado do revólver nos dois países ou quando observa que,

[...] havendo interesse suficiente, o Juiz Lynch é substituído aqui pelos capangas e cangaceiros. Aquele, porém, é socialista no seu mandato e coletivista nas suas sentenças, ao passo que o cangaceiro é individualista. Se aqui a cor do réu não constitui, necessariamente e unicamente, motivo de queixa, ela, às vezes, pode ser a origem de incompatibilidades que terminem com a ação do capanga. (Clarana, 1919, p. 48).

Em seguida, Clarana evoca, sem maiores detalhes, um caso de discriminação a um deputado federal “de cor”. Seu comentário, porém, não poderia ser mais direto:

Ora, a não ser o Brasil, o único país onde se poderia fazer uma observação dessas, no mesmo tom e com a mesma significação, é os Estados Unidos. Não seria outro na América, entre os muitos de semelhante composição étnica, e até a França não olha com desgosto a presença de deputados coloniais pretos e ‘de cor’ na legislatura de Paris. A nossa República tem gente que pensa e escreve como se fazia nos Estados Unidos da América há quarenta anos, quando ainda havia congressistas ‘de cor’ em Washington [...].

Entre nós, porém, o egoísmo e a corrupção ainda não chegaram ao ponto de excluirmos da vida pública, pelo linchamento físico ou espiritual, todos os homens cujos tataravós não foram legalmente casados e a proibir, por motivo ‘de cor’, o casamento dos tataravós das gerações futuras. (Clarana, 1919, p. 49-50).

Nos seis anos que separam os primeiros artigos de Clarana sobre o Brasil, ainda nos Estados Unidos, e os capítulos iniciais de seu livro, algo parece ter mudado – e certamente não foi o Brasil. As diferenças entre Brasil e Estados Unidos, no entanto, nem sempre favorecem os brasileiros. Se, para Clarana, o país não experimentou dois fatores cruciais para a “questão de cor” americana – a guerra civil e a imigração europeia em massa –, essa ausência também impediu o surgimento do “fogo da indignação contra toda opressão” (Clarana, 1919, p. 50). Além disso, o Brasil não se imporia internacionalmente enquanto desvalorizasse sua própria população por “vergonha de si”, desconfiando “da força do seu próprio braço, da capacidade da mão de obra a que deve tudo o que tem” (Clarana, 1919, p. 52). Em vez de reconhecer sua história, o país insistia em afirmar que

[...] o negro nada contribuiu ao progresso do país, e que o índio e mestiço são indolentes e degenerados. Tratando de ocultar a sua história e a sua atualidade, o Brasil deseja se fazer conhecer simplesmente como um país de europeus emigrados à América, e não enxerga uma obra original do povo brasileiro na civilização. (Clarana, 1919, p. 52).¹⁰

Em nenhum momento Clarana ignora a discriminação no Brasil, a vergonha das elites por não ser um país exclusivamente branco ou as tentativas explícitas de demarcação da linha de cor, como no caso de padres,

¹⁰Interessante observar como, mais de uma vez, Clarana destaca o Haiti como exemplo positivo na comparação com o Brasil, afirmando, por exemplo, que “qualquer colegial nos Estados Unidos sabe que o Haiti é um país onde escravos negros se libertaram, fazendo tremer e ruir a escravidão em toda parte” (Clarana, 1919, p. 51).

país de alunos e um jornal católico que defenderam a exclusão de um jovem estudante negro. Ao longo de sua permanência no Rio, suas expectativas em relação ao país parecem diminuir, sobretudo em contraste com artigos que escreveu em 1913. Ainda assim, mesmo nos momentos mais sombrios de sua obra, após três anos no Brasil, Clarana vislumbrava a possibilidade de relações raciais diferentes das americanas e via no país uma obrigação moral de se posicionar contra a barbárie dos Estados Unidos – embora não enxergasse movimentos organizados capazes de levar isso adiante.

É provável que Clarana tenha convivido com uma classe média bem estabelecida no Rio, formada por brasileiros e comerciantes norte- e latino-americanos. Mas teria ele frequentado espaços de sociabilidade das associações negras cariocas? Teria contato com intelectuais que militavam contra a discriminação racial, como Lima Barreto ou Hemetério dos Santos? Muitas vezes, sua escrita sugere um interlocutor branco, com poucas referências ao protesto negro. Não é possível aprofundar essa questão aqui, mas vale notar que, nos mesmos anos em que Clarana viveu no Rio, Lima Barreto publicou diversos textos críticos aos Estados Unidos, mencionando a política externa de Woodrow Wilson e os horrores dos linchamentos. Ainda assim, ele não aparece citado em *Os Estados Unidos pela civilização*, e tampouco sabemos se Lima Barreto chegou a lê-lo – o catálogo de sua biblioteca, publicado por Francisco de Assis Barbosa, data de 1917. De todo modo, vale notar que Lima Barreto, em seu *Diário íntimo* e em outros escritos das primeiras décadas do século XX, desenvolveu concepções como a de “negrismo” e “novo indianismo”, cujos paralelos com os debates norte-americanos e mesmo caribenhos são apontados por Schwarcz (2017).¹¹

Mesmo no Brasil, com um conhecimento aguçado do país, José Clarana parecia manter os olhos voltados para os Estados Unidos. Ainda que imaginasse e escrevesse sobre o Brasil, ora desenvolvendo imagens utópicas, ora abordando problemas graves, era a realidade norte-americana que o movia e o inquietava. Os Estados Unidos surgem constantemente em seus textos e se tornam, afinal, sua grande obsessão.

¹¹ Para uma discussão sobre esse tema, cf. Jesus (2017).

Essa fixação fica evidente em um artigo publicado em 1920 na revista *Vida Nacional*, cujo tema não poderia ser mais curioso: a proibição do jogo do bicho. Clarana critica um projeto de lei em trâmite que pretendia proibir o jogo do bicho e a loteria. Ainda que tratando de uma questão estritamente nacional, ele insere os Estados Unidos na discussão, apontando que a solução pela proibição “encontrará aprovação em muitos círculos, principalmente entre os que acham que o Brasil é, ou deverá ser, uma cópia exata dos Estados Unidos, onde não há loterias” (Clarana, 1920, p. 12). Para ele, no entanto, esse deveria ser exatamente um argumento contrário à medida: “A posição natural e permanente do Brasil com relação aos Estados Unidos é antipodal, entenda-se bem, com os pés quando se movem, sempre de encontro, e não uns detrás dos outros, nas mesmas pisadas” (Clarana, 1920, p. 12). Segundo Clarana, Brasil e Estados Unidos se relacionam como espelhos ou como parceiros em uma dança, cujos passos se complementam sem jamais coincidirem. Os dois países agem de acordo com o que ele chama de “lei dos contrastes”: “Ficando separados pode haver complemento mútuo e satisfatório entre os dois povos. Verdadeira identidade de vistas e confusão de interesses, nunca” (Clarana, 1920, p. 12).

4. Considerações finais

Em outubro de 1920, Gil desembarca em Nova York, ainda declarando o Rio de Janeiro como destino. Não há indícios de que tenha regressado ao Brasil. Poucos meses depois, inicia nos Estados Unidos seu processo de naturalização. O mais intrigante em sua “declaração de intenções” de cidadania é o registro de sua cor. Em mais uma reviravolta, agora aparece como “branca”, enquanto sua compleição [*complexion*] é descrita como “escura” [*dark*]. Por alguns anos, ainda se manteve ativo no debate intelectual. O exemplo mais notável é uma breve polêmica com Hubert H. Harrison, um dos intelectuais mais influentes da época, nas páginas de *The Negro World*, jornal da Universal Negro Improvement Association (UNIA).

Em 1922, o livro do escritor cubano Bernardo Ruiz Suarez, *The Color Question in the Two Americas*, é lançado nos Estados Unidos com tradução de certo John Crosby Gordon – que fortes indícios nos levam a crer ser mais um nome de nosso personagem (cf. Perry, 2021). Em 1923, chega a publicar um pequeno livro intitulado *America the Peacemaker*. A partir desse ano, no entanto, seu nome começa a desaparecer gradualmente do debate, restando apenas pequenas notas assinadas como Jaime C. Gil em espaços de jornais dedicados aos leitores.

Cartas trocadas com Du Bois entre 1927 e 1928 sugerem um crescente isolamento e uma profunda inquietação. Escritas em papel timbrado que indicava seu trabalho como tradutor, revelam um homem que se sentia perseguido e injustiçado. Ele acusa Du Bois de difamá-lo nas páginas de *The Crisis* e de associá-lo a Marcus Garvey. Em uma passagem reveladora, insiste que Du Bois não o conhece bem o suficiente para “insistir em não saber” seu verdadeiro nome. E sentencia: “O nome de um homem é o que ele diz que é” (Gil, 1927). A resposta de Du Bois é breve e polida, negando qualquer campanha contra ele. Em 15 de fevereiro de 1928, Du Bois escreve ao reitor da Universidade de Cornell manifestando preocupação com Gil, a quem descreve como um “homem de cor” das Índias Ocidentais que apresentava sinais de “loucura incipiente” e mania de perseguição, que teriam sido confirmadas em um encontro presencial entre ambos (Du Bois, 1928).

Após esse episódio, Clarana/Clarke/Gil parece desaparecer dos registros públicos, exceto por indícios dispersos que sugerem possíveis internações em hospitais psiquiátricos de Nova York nas décadas seguintes. Os censos de 1930, 1940 e 1950 registram um Jaime C. Gil como paciente em duas instituições psiquiátricas do estado de Nova York, o Manhattan State Hospital, em Ward’s Island, e o Harlem Valley State Hospital, no condado de Dutchess, este último conhecido por seus tratamentos experimentais de terapia de choque e lobotomia. Embora imprecisos, alguns dados coincidem com os de nosso personagem. Em 1970, um homem com mesmo nome falece no condado de Dutchess. Comparando com a petição de naturalização, o ano de nascimento coincide com o de nosso personagem, mas não o dia e o mês. Seria ele o mesmo Jaime C. Gil?

Essa incerteza final ecoa os deslocamentos e apagamentos que marcaram sua trajetória. Acompanhar Clarana/Clarke/Gil nos dá acesso a um mundo mais amplo, atravessado por circuitos globais de mobilidade e troca: viagens de navio, correspondências, circulação de livros, artigos e imagens que cruzavam fronteiras e oceanos. Sem constituir um caso isolado, sua experiência sugere a possibilidade de, em diálogo com outras pesquisas, recontar as histórias de outros viajantes, desvelar interpretações alternativas, mapear espaços de amizade e sociabilidade e reconstituir geografias mais complexas da circulação de pessoas, objetos e mercadorias. Ao mesmo tempo, acompanhar suas sucessivas mudanças de nome, nacionalidade e mesmo identificação racial, como fizemos ao longo deste artigo, permite iluminar de que modo a atenção aos deslocamentos “perturba a mecânica cultural e histórica do pertencimento” (Gilroy, 2001, p. 18), desestabilizando categorias que frequentemente se apresentam como muito coerentes e mesmo naturais.

Suas próprias ideias parecem se transformar à medida que atravessam fronteiras e se confrontam com novas situações e gramáticas sociais e raciais. Se, em um primeiro momento, ele percebia o Brasil como um espaço em que a “linha de cor” não se manifestava com a mesma rigidez dos Estados Unidos, sua experiência no país o levou a revisar essa leitura. Seus escritos passam então a registrar, em uma espécie de “dança” entre contextos nacionais, uma oscilação persistente entre a crença em um Brasil racialmente mais inclusivo e o reconhecimento de que a exclusão racial e a invisibilização dos problemas que afetam a população negra constituem dimensões profundas de sua vida social. Figura liminar, sempre em trânsito, Clarana/Clarke/Gil encarna, assim, tanto as possibilidades quanto as tensões do pensamento transnacional. Diante de tantas incertezas, talvez seja mais pertinente, ao final, recordar suas próprias palavras: “O nome de um homem é o que ele diz que é”.

Agradecimentos

Partes desta pesquisa foram debatidas no CP de Pensamento Social da SBS, no GT de Pensamento Social Brasileiro da ANPOCS e no workshop do projeto “As sociedades aprendem?” (Universal/CNPq). Agradeço aos participantes, na pessoa dos debatedores Mario Augusto Medeiros da Silva, Hilton Costa e Eneida Leal Cunha, respectivamente. A Maurício Acuña, pela interlocução e auxílio com materiais nos Estados Unidos, e a Rosiane Braga da Silva (IC/FAPERJ), pelos levantamentos em acervos do Rio de Janeiro. Agradeço também aos pareceristas anônimos pela leitura atenta e pelas contribuições ao aprimoramento do artigo.

Referências

1. A RAÇA e o habitat: pensamentos de José Clarana. **Hoje: Periódico de Acção Social**, v. 23, n. out, p. 8, 1919.
2. AZEVEDO, Célia. Abolicionismo transatlântico e a memória do paraíso racial brasileiro. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 30, p. 151-162, 1996.
3. BITTENCOURT, Andre; MARCONDES, Guilherme. Symposium W.E.B. Du Bois. **Sociologia & Antropologia**, v. 15, n. 1, p. e250012, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/2238-38752025v1511>.
4. CLARANA, José. Plácido: poet and martyr. **Crisis**, v. 6, n. 2, p. 82-83, 1913a.
5. CLARANA, José. The schooling of the negro. **Crisis**, v. 6, n. 3, p. 133-136, 1913b.
6. CLARANA, José. Getting off the color line. **Crisis**, v. 6, n. 5, p. 244-246, 1913c.
7. CLARANA, José. **Os Estados Unidos pela civilização e a civilização dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas do Jornal do Brasil, 1919.
8. CLARANA, José. As loterias e o bicho. **Vida Nacional: Semanário Independente**, v. 1, n. 9, abr. 1920.
9. CLARKE, James. **Destinatário**: Anne Fitzhugh Miller [Correspondência]. 4 jun. 1910. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/rbcmiller003659/>. Acesso em: 7 jul. 2025.

10. CLARKE, James. An hour with Harriet Tubman. In: EASTON, William Edgard (ed.). **Christophe: a tragedy in prose of imperial Haiti**. Los Angeles: Grafton Press, 1911. p. 115-122.
11. CLARKE, James. Cuban revolution. **Crisis**, v. 4, n. 6, p. 301-302, 1912.
12. CLARKE, James. The Negro and the Immigrant in the Two Americas. An international aspect of the color problem. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 49, n. 1, p. 32-37, 1913. DOI: <https://doi.org/10.1177/000271621304900105>.
13. COMSTOCK, Anna Botsford. **Destinatário**: W.E.B. Du Bois [Correspondência]. 24 fev. 1928. Amherst, MA: University of Massachusetts Amherst Libraries.
14. CORNELL UNIVERSITY LIBRARY. **Alpha Phi Alpha Fraternity**. 2025a. Disponível em: https://rmc.library.cornell.edu/alpha/earlyalpha/earlyalpha_4.html. Acesso em: 7 jul. 2025.
15. CORNELL UNIVERSITY LIBRARY. **James Bertram Clarke**. 2025b. Disponível em: <https://digital.library.cornell.edu/catalog/ss:641478>. Acesso em: 7 jul. 2025.
16. DOMINGUES, Petrónio. A visita de um afro-americano ao paraíso racial. **Revista de História**, n. 155, p. 161-181, 2006.
17. DU BOIS, William Edward Burghardt. **Destinatário**: The Dean of the College Department of Cornell University [Correspondência]. 15 fev. 1928. Amherst, MA: University of Massachusetts Amherst Libraries.
18. EASTON, William Edgar. James B. Clarke, Class '12. In: EASTON, Edgar (ed.). **Christophe: a tragedy in prose of Imperial Haiti**. Los Angeles: Grafton Press, 1911. p. 106-108.
19. GENEVA POLITICAL. **Equality Club Piazza Party at the Country Club**. 6 jun. 1910. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/rbcmiller003638/>. Acesso em: 2 maio 2026.
20. GIL, Jaime C. Venezuela: cuna del americanismo. **Três Américas**, n. 1, ago. 1918.
21. GIL, Jaime C. **Destinatário**: W.E.B. Du Bois [Correspondência]. 2 dez. 1927. Amherst, MA: University of Massachusetts Amherst Libraries.
22. GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, 2001.
23. GO, Julian; LAWSON, George. **Globalhistoricalsociology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1017/9781316711248>.

24. GÓES, Juliana. Du Bois and Brazil: reflections on black transnationalism and African diaspora. **Du Bois Review**, v. 19, n. 2, p. 293-308, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1742058X2100045X>.
25. GUIMARÃES, Antonio Sérgio. A modernidade negra. **Teoria & Pesquisa**, v. 1, n. 42, 2003a.
26. GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925–1950. **Afro-Ásia**, n. 29/30, p. 247-269, 2003b. DOI: <https://doi.org/10.9771/aa.v0i29-30.21059>.
27. HELLWIG, David. Racial paradise or run-around? Afro-North American views of race relations in Brazil. **American Studies**, v. 31, n. 2, p. 43-60, 1990.
28. HUFF, Robert. Anne Miller and the Geneva Political Equality Club, 1897–1912. **New York History**, v. 65, n. 4, p. 325-348, 1984.
29. ITZIGSOHN, José; BROWN, Karida L. **The Sociology of W. E. B. Du Bois**: racialized modernity and the global color line. New York: NYU Press, 2020.
30. JESUS, Matheus Gato. Um nativismo negro? Raça, Literatura e o novo indianismo de Lima Barreto. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 4, p. 12-22, 2017.
31. JAMES, Winston. **Holding aloft the Banner of Ethiopia**: Caribbean Radicalism in Early Twentieth Century America. Londres: Verso, 2020.
32. KELLEY, Robin. **Freedom dreams**: the black radical imagination. Boston: Beacon Press, 2002.
33. LAHIRE, Bernard. Esboço do programa científico de uma sociologia psicológica. **Educação e Pesquisa**, v. 34, n. 2, p. 373-389, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022008000200011>.
34. LOSADA, Cristóbal. El bloque latino en el pensamiento de Francisco García Calderón. **Investigaciones Sociales**, v. 17, n. 30, p. 191-202, 2013. DOI: <https://doi.org/10.15381/is.v17i30.7886>.
35. LOSCH, Paul S. Dr. Henry W. Furniss, cônsul afro-norte-americano na Bahia, 1898-1905. **Afro-Ásia**, n. 40, p. 223-258, 2009. DOI: <https://doi.org/10.9771/aa.v0i40.21193>.
36. MEAD, Teresa; PIRIO, Gregory Alonso. In search of the Afro-American “Eldorado”: attempts by North American Blacks to enter Brazil in the 1920s. **Luso-Brazilian Review**, v. 25, n. 1, p. 85-110, 1988.

37. MORRIS, Aldon. **The Scholar Denied:** W.E.B. Du Bois and the birth of modern sociology. Berkeley: University of California Press, 2015.. DOI: <https://doi.org/10.1525/9780520960480>.
38. MOURA, Cristina Patriota; BERNARDINO-COSTA, Joaze. W.E.B. Du Bois, Robert Park e as raízes negras da etnografia urbana. **Sociologia & Antropologia**, v. 15, n. 1, p. e240058, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/2238-38752025v1514>.
39. NUNES, Zita. **Cannibal Democracy:** race and representation in the literature of the Americas. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.
40. PERRY, Jeffrey. **Hubert Harrison:** the struggle for equality, 1918–1927. Nova York: Columbia University Press, 2021. DOI: <https://doi.org/10.7312/perr18262>.
41. PERSONAL. The Crisis: a record of the darker races. **Crisis**, v. 7, n. 1, p. 321, 1913.
42. PERSONAL. The Crisis. **Crisis**, v. 13, n. 2, p. 92, 1916.
43. PUTNAM, Lara. To study the fragments/whole: microhistory and the Atlantic world. **Journal of Social History**, v. 39, n. 3, p. 615-630, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1353/jsh.2006.0010>.
44. PUTNAM, Lara. **Radical moves:** Caribbean migrants and the politics of race in the jazz age. Chapel Hill: UNC Press Books, 2013. DOI: https://doi.org/10.5149/9780807838136_putnam.
45. SCHOMBURG, Arturo Alfonso. General Evaristo Estenoz. **Crisis**, v. 4, n. 3, p. 143-144, 1912.
46. SCHWARCZ, Lília. **Lima Barreto:** Triste Visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
47. SEIGEL, Micol. **Uneven Encounters:** Making Race and Nation in Brazil and the United States. Durham: Duke University Press, 2009.
48. SILVA, Luara dos Santos. **‘Etimologias preto’:** Hemetério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1888-1920). 2015. Dissertação (Mestrado em Relações Etnicorraciais) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2015.
49. TIÊDE, Livia Maria. From Brazil to The Planet: politics of race in the American Black press. **PerCursos**, v. 25, p. e0104, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5965/19847246252024e0104>.
50. UM DESPEJO sui generis. **Correio da Manhã**, v. 2, n. out, p. 7, 1919.

51. WEINER, Kevin. Neuronomy, education, and outreach in neuroscience: A historical case study of Burt Green Wilder. **Journal of the History of the Neurosciences**, v. 28, n. 1, p. 42-63, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/0964704X.2018.1510259>. PMID:30300094.

Fonte de financiamento: FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, processo SEI-260003/006071/2024 - APQ1.

Conflito de interesses: Nenhum.

Contribuição dos Autores: O autor foi responsável por todas as etapas do trabalho.

Disponibilidade de Dados: Dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do artigo.

Editor: Enio Passiani.

Andre Bittencourt é doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ), professor do Departamento de Sociologia e do PPGSA da UFRJ e bolsista JCNE da FAPERJ. andrevbitt@gmail.com

Recebido: 07 jul. 2025.

Aceito: 27 abr. 2026.